



NATUREZA, SOCIEDADE E TRABALHO: CONCEITOS PARA UM DEBATE GEOGRÁFICO¹

Doralice Sátyro Maia

Departamento de Geociências/Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB

Resumo

O texto discute as noções de Natureza, Sociedade e Trabalho. Parte do princípio que essas noções, bem como a sua relação, se encontram no fundamento da Geografia, nos alicerces da construção do conhecimento geográfico. Resgata a história do conhecimento geográfico desde a Antiguidade para pensar de que forma se estabelecia a relação natureza, sociedade e trabalho, por entender que a tríade apresentada está na base do conhecimento e da história da Humanidade. Para a análise decompõe as noções apresentadas e propõe a reflexão da origem da separação dos conteúdos na história da sociedade. Conclui que a relação Natureza, Sociedade e Trabalho produz espaço e, portanto, é inerente ao conhecimento geográfico.

Palavras-chave: natureza, sociedade, trabalho, conhecimento geográfico.

Resumen

El artículo discute las nociones de Naturaleza, Sociedad y Trabajo. Parte del principio que estas nociones, así como su relación, se encuentran en el fundamento de la Geografía, en la base de la construcción del conocimiento geográfico desde la Antigüedad y se propone pensar de qué manera se establece la relación naturaleza, sociedad y trabajo. Comprende que la tríade apuntada está en la base del conocimiento y de la historia de la Humanidad. Para el análisis descompone las nociones presentadas y propone la reflexión del origen de la separación de los términos en la historia de la sociedad. Concluye que la relación Naturaleza, Sociedad y Trabajo produce espacio y, por lo tanto, es inherente al conocimiento geográfico.

Palabras-claves: naturaleza, sociedad, trabajo, conocimiento geográfico.

O tema proposto para esta discussão encontra-se no fundamento da Geografia, nos alicerces da construção do conhecimento geográfico. Dizemos construção do conhecimento geográfico, portanto, ao que antecede e muito à constituição da Geografia enquanto disciplina. Referimo-nos, ao início da história da humanidade. Pois, se remontarmos aos primórdios da história, o homem primitivo ao registrar em seus desenhos os seus costumes, a sua gente, representou também a natureza e o trabalho. Tal fase da história do conhecimento geográfico, Sodré chamou de “etapa preliminar da pré-história” (SODRÉ, 1987, p.14). A segunda etapa da história proposta pelo mesmo autor corresponde ao período posterior ao registro escrito e nesta estaria a contribuição dos pensadores da Antiguidade, especialmente aqueles registrados nos “périplos”, desenvolvidos pelos navegadores, militares, comerciantes, matemáticos, etc.

Nesse conjunto de contribuições estaria a obra de Heródoto - mais conhecido como “pai da História” - que realizou ricas descrições do Egito, da Babilônia, do Nilo, do Saara, enfim, das regiões da África por onde viajou. Hipócrates, Eratóstenes, ou o próprio Aristóteles também deram importantes contribuições à formação do conhecimento geográfico. Nestas descrições e nestes estudos dos pensadores gregos, encontram-se registros sobre a terra, a cultura e os homens, portanto, da natureza, da sociedade e do trabalho.

Ainda na Antiguidade, merecem destaque Estrabão e Ptolomeu por terem sistematizado conhecimentos anteriormente produzidos. Segundo Blanco (1991), apesar da dificuldade em se unificar os diversos métodos de investigação dos relatos das viagens terrestres e marítimas realizadas na Antiguidade, pode-se afirmar que os seus propósitos eram a expansão política e o intercâmbio comercial, principalmente quando se tratava de terras estranhas. Ainda de acordo com o mesmo autor, após Eudox e Eratóstenes, somente Estrabão procurou unificar aqueles conhecimentos. Estrabão destaca-se dos outros pensadores pela grande contribuição dada à formação do conhecimento geográfico e mesmo da Geografia, especialmente a partir da sua obra “*Geografia*”. Esta obra está dividida em 17 livros. Os livros I e II são dedicados à defesa de Homero como geógrafo, à discussão das obras dos seus principais antecessores e aos conteúdos e conceitos básicos da Geografia: a Terra, o clima, latitude e longitude, os mares, os rios, as condições atmosféricas, os costumes, as tradições, a organização social e política, o território e o lugar. Para Estrabão (1991):

a geografia está en su mayor parte orientada hacia las necesidades políticas [...] está toda ella orientada hacia las acciones propias del gobierno, pues como mejor podrían manejar cada país es sabiendo de qué extensión es el territorio y a qué distancia se encuentra de otros lugares y qué carácter características diferenciales tiene tanto en su clima como en si mismo (p. 113-114).

Para o autor supracitado, as grandes cidades seriam tão próprias à Geografia como os grandes acidentes geográficos. (BLANCO, *op. cit.*, p. 113).

Desta forma, se normalmente são destacados neste período histórico os chamados “avanços científicos”, tais como as noções de latitude e longitude, informações sobre a superfície terrestre, fenômenos astronômicos e atmosféricos, é preciso lembrar, que, já naquelas contribuições, ou mesmo nesses registros geográficos, estava-se tratando da natureza, da sociedade e também do trabalho. Naquelas obras, vários são os registros das condições do escravismo, da necessidade da dominação, bem como as descrições das áreas a serem devassadas, tratam-se de descrições físicas daquelas regiões, mas também dos costumes, da vida daqueles povos, e, portanto, da sociedade e do trabalho.

Na verdade, esse resgate dos primórdios do conhecimento geográfico foi estabelecido não para comprovar uma existência da “Geografia” desde a Antiguidade ou mesmo desde a Pré-História, mas sim para dizer que a triade apresentada – Natureza, Sociedade e Trabalho – diz respeito à História da Humanidade, está presente desde a nossa origem e, portanto, está na base do conhecimento geográfico, pois nela, e não a partir dela, está o espaço geográfico. A relação sociedade – natureza é materializada pelo trabalho, como bem explicou Lucien Febvre (1949):

Estas marcas acabam por precisar, aos nossos olhos, o verdadeiro caráter da ação dos homens na superfície do Globo. Não se trata da ação de indivíduos isolados. Trata-se da ação de amplas coletividades extensas, e que se impõe a massas humanas consideráveis. Tão longe quanto nossas investigações permitem alcançar, leis, costumes, modos de agir que reagem poderosamente sobre a conduta dessas massas em face das forças e dos recursos da natureza (FEBVRE apud SODRÉ, 1987, p. 84).

Em outras palavras, o trabalho é a mediação da Natureza com a Sociedade e que por sua vez produz o espaço. A compartimentação – Natureza, Sociedade, Trabalho – faz-se necessária para o conhecimento. Saliemos que, a princípio, não estamos falando do trabalho alienado, mas do trabalho no seu sentido mais genérico, que corresponde à aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim. Estas forças e faculdades humanas podem ser principalmente físicas e/ou intelectuais. De acordo com Albornoz (1992): “Trabalho é o esforço e também o seu resultado: a construção enquanto processo e ação, e o edifício pronto.” (p. 12). De acordo com a mesma autora, para muitos, “o que distingue o trabalho humano do dos outros animais é que neste há consciência e intencionalidade, enquanto os animais trabalham por instinto, programados, sem consciência.” (1992, p.12.). E complementa a autora:

Natureza e invenção se entrelaçam no trabalho humano, em níveis diversos, da ação mais mecânica e natural à mais controlada e consciente. Natureza e cultura se encontram no labor do parto, no cultivo do campo, na modelagem da argila, na invenção da eletricidade; como na produção de vitaminas

em comprimidos, na montagem de cérebros eletrônicos e no envio de astronaves à Lua. (1992, p. 13).

Assim, se o conceito de trabalho acompanha um longo percurso histórico, é preciso notar que nesta trajetória há uma ruptura. Ruptura esta que se dá na História, mas que também constitui a separação homem – natureza. Nas comunidades primitivas não havia esta distinção, aí o trabalho humano representa um prolongamento do trabalho da natureza: a caça e a coleta compõem as ações dos grupos humanos integrados às ações dos outros animais. Homem é natureza e sente-se natureza.

Se o aprimoramento das técnicas agrícolas dá início à divisão do trabalho, com esta há a separação sociedade – natureza que posteriormente se intensifica com o surgimento da propriedade privada e do trabalho industrial. Como bem explicou Engels (1961):

O trabalho é a primeira condição fundamental de toda vida humana, a tal ponto que, em certo sentido, deveríamos afirmar que o próprio homem foi criado por obra do trabalho (p. 143).

Neste momento, há a separação homem – natureza, e nesta divisão há a ruptura homem – trabalho. O trabalho então não mais corresponde ao prolongamento da ação da natureza, mas sim à “actividad totalmente extraña a si misma, extraña al hombre y a la naturaleza y por ello totalmente extraña a la conciencia y a la manifestación vital.” (MARX, 1984, p. 125). Estamos, pois, agora, nos remetendo a um outro momento histórico, pois estamos tratando do trabalho alienado. Alienado por:

[ser] o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte da natureza, e, por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. [...] Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. [...]. Por fim, o caráter exteriorizado do trabalho para o trabalhador é demonstrado por não ser o trabalho dele mesmo mas trabalho para outrem, por no trabalho ele não se pertencer a si mesmo mas sim a outra pessoa. (MARX, 1984, p.98-99)².

A alienação corresponde à separação e, portanto, à exterioridade. O trabalho torna-se alheio ao homem também no sentido de ser externo a ele próprio. Conseqüentemente, o homem também se exterioriza da natureza, muito embora continue sendo natureza. A natureza passa, portanto, a pertencer a um mundo exterior onde se concretiza o trabalho, em que este atua e com que e por meio do qual produz coisas. Desta forma, a natureza separada, também se torna coisa da

qual o trabalhador depende, pois este “não pode criar nada sem a ‘natureza’, sem o mundo exterior sensível” (MARX, 1984, p. 105).

Precisamos, portanto, refletir melhor sobre a origem dessa separação, dessa ruptura, desse estranhamento. Ora, este processo não decorre unicamente do desenvolvimento das forças produtivas nem surgiu como um passe de mágica da instituição da propriedade privada. Na verdade, na origem desta separação, está a capacidade do distanciar-se, do desassociar-se, portanto, do “olhar o outro”. Segundo Rilke (1965) foi preciso abandonar:

[...] o olho preconcebido do nativo, que relaciona tudo o que vê consigo mesmo e com suas necessidades. [...]. Foi necessário então começar por afastar as coisas de si para tornar-se capaz, em seguida, de aproximar-se delas de modo mais imparcial e mais sereno, com menos familiaridade e com um recuo respeitador. Porque só quando se deixou de tocar a natureza começou-se a percebê-la; quando sentia-se que ela era o outro, o indiferente, que não tem sentidos para nos notar, só então saíamos dela, solitários, de um mundo solitário.” (1965, p.3).

Portanto, essa capacidade de “olhar o outro” somente será possível com o surgimento do indivíduo e da individuação, ou seja, da capacidade de distinguir-se em relação a outros. Aristóteles pode ser considerado como o primeiro autor a pensar sobre esta questão e ele atribuía à matéria a constituição da individuação. Na filosofia contemporânea, a individuação corresponde à “uma construção mental à base dos dados dos sentidos”, o individual está fundamentado “em si mesmo” e ainda “a idéia de coisa como <<coisa individual>> é determinada pela localização espácio-temporal” (FERRATER MORA, 1982, p. 209). Apesar das diferentes reflexões, Leibniz atribuiu à individuação “o princípio das negações” (*apud* FERRATER MORA, 1982). Veja-se que este princípio esclarece a origem dos outros, inclusive do que fundamentou a idéia de Aristóteles, pois, ao atribuir à matéria o princípio da individuação, estes seriam indivíduos a partir da sua constituição, em que a matéria de todos os corpos naturais é a terra, o fogo, a água e o ar; a dos corpos orgânicos, os tecidos; a dos seres humanos, os órgãos, e assim sucessivamente. Este princípio também toma por base a negação, isto é, ao reunir-se os “elementos” de mesma matéria, separa-se os de matéria distinta, portanto, àquela que nega a outra. Neste princípio, portanto, encontra-se a origem da separação homem-natureza, na capacidade de individualizar-se, de distinguir-se dela, de negar-se a ela. Nega-se a ela, para poder, inclusive, reconhecer-se nela.

Neste sentido, Carlos Walter P. Gonçalves em seu livro *Os (des)caminhos do meio ambiente*, ao pensar sobre a relação entre os homens e a natureza reflete sobre a construção do conceito de natureza, e diz:

Toda sociedade, toda cultura, cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura (1989, p. 23).

Realmente, o conceito de natureza, assim como qualquer conceito, é uma elaboração, é um pensar, uma produção, portanto, um trabalho. Mas também se pensarmos nas idéias de Marx anteriormente apresentadas, na origem, este pensar é natureza, pois o homem e todas as suas funções são natureza. Desta forma, poderíamos dizer que o conceito de natureza é, e não é, natural.

Mas, poder-se-ia indagar: em que esta discussão interessa à Geografia? Responderia: em tudo. Pois iniciamos este artigo apresentando as bases preliminares do conhecimento geográfico. Lá estavam os fundamentos dos conhecimentos da natureza, antes mesmo do princípio da individuação, se é que podemos chamar ali de natureza. Contudo, na institucionalização do conhecimento geográfico, portanto, na origem da Geografia, o homem e a natureza são os seus conteúdos basilares, e a paisagem surge enquanto categoria geográfica que traduzirá a natureza. Fisionomia da vegetação, estudo da vegetação, noção de meio natural, conceito de região natural, são algumas noções trabalhadas pela Geografia para compreender a natureza. Evidentemente que estas noções compõem o que se denomina de Geografia Clássica ou Tradicional e que desde então muito já se repensou sobre as noções apontadas. Todavia, elas ilustram muito bem como se dá a apreensão da natureza pela Geografia. Isto não acontece unicamente na Geografia, ela não será uma exceção, mas corresponde ao processo de constituição das ciências e da sua divisão: ciências da Natureza e ciências Humanas.

Em linhas gerais, as ciências da Natureza desenvolveram-se desde Aristóteles a partir do exercício da observação e da experimentação. No século XIX formula-se o princípio do Determinismo que se configura como uma doutrina sobre a Natureza: "O determinismo universal é, assim, a afirmação do princípio da razão suficiente, ou da causalidade, e da idéia de previsibilidade absoluta dos fenômenos naturais" (CHAUÍ, 1995, p. 264). Já o que se passou a denominar de ciências Humanas data do século XIX, quando o homem passa a ser objeto de algumas ciências. Isto não quer dizer que só então se começou a estudar o homem, mas antes, tudo que dizia respeito ao homem era tratado pela Filosofia. Assim, segundo Chauí (1995, p. 271), as ciências Humanas surgem no período em que "prevalecia a concepção empirista e determinista da ciência", e, por conseguinte, trataram de estudar o homem utilizando os mesmos métodos das ciências da Natureza, "os métodos hipotético-indutivos e experimentais de estilo empirista, buscando leis causais necessárias e universais para os fenômenos humanos". (CHAUÍ, 1995, p. 271). Ainda de acordo com a mesma autora, apesar

das ciências humanas datarem do século XIX, “a percepção de que os seres humanos são diferentes das coisas naturais é antiga” (1995, p. 272).

Desta forma, está nas origens do conhecimento a apreensão do Homem e da Natureza como coisas distintas. O apreender ou o perceber a natureza como algo diferente permitiu o entendimento de diversos fenômenos e organismos. Contudo, como bem escreveu Arlete Rodrigues (1994), os eventos da “natureza” – vulcanismo, tectonismo, enchentes, inundações, incêndios em florestas provocados por tempestades - que interferiam na organização sócio-espacial, mas que não dependiam diretamente da ação humana, eram tratados como catástrofe ou desastre. Complementa a autora:

[...] Cabia conhecer a natureza para dominá-la. Muito embora, esses “desastres” fossem mais problemáticos nas áreas ocupadas por grandes concentrações populacionais, a pesquisa e análise da natureza foi realizada, desde a antiguidade clássica, em todo o mundo habitado (p.37)

E acrescenta:

[...] Embora o homem tenha “instintos naturais” e a própria vida seja “natural”, a natureza como um todo tem sido considerada exterior ao homem e à sociedade. A natureza é assim: mágica, recurso, tem leis próprias, deve ser dominada, deve “servir” ao homem, etc., e o homem, através da sua “natureza” social, se apropria da natureza para transforma-la em bens – em mercadorias. Para isso precisa conhecer as leis da natureza. (p. 37-38).

Marx, em *Os Manuscritos Econômicos Filosóficos* escreve sobre esta fragmentação da ciência. Para ele, “o homem é objeto imediato da Ciência natural”, mas também “a ‘natureza’ é o objeto imediato da Ciência do homem”. (1984, p. 153). Pois, ainda nas palavras do referido autor:

O primeiro objeto do homem – o homem – é natureza, sensibilidade, e as especiais forças essenciais sensíveis do ser humano só na ciência do mundo natural podem encontrar seu autoconhecimento, do mesmo modo que só nos objetos ‘naturais’ podem encontrar sua realização objetiva (1984, p. 153).

E prossegue:

Algum dia a Ciência natural se incorpora à Ciência do homem, do mesmo modo que a Ciência do homem se incorpora à Ciência natural, haverá uma só Ciência (1984, p. 153).

Se tomarmos como princípio geral a idéia descrita acima para pensarmos a Geografia, a velha dicotomia Geografia Física x Geografia Humana não teria sentido. Algumas categorias geográficas como espaço, lugar e paisagem não permitem a dualidade, a separação. Nelas estão encravadas as categorias expostas no título desta comunicação – Natureza, Sociedade e Trabalho. A respeito da atribuição do que seria o conhecimento de uma e de outra “parcela” da Geografia, trazemos a contribuição dada por Dirce Suertegaray (2000) em texto publicado no livro *Geografia e Educação: geração de ambiências*. (RÊGO; SUERTEGARAY e HYDRICH, 2000). A autora, ao refletir sobre a questão “o que ensinar em Geografia (Física)?”, formulada por um acadêmico de Geografia, diz ter respondido aquela indagação, com as seguintes palavras: “tudo o que for possível ensinar no contexto espaço-temporal da disciplina sob a nossa responsabilidade” (2000, p. 98), e chama atenção para o fato de que:

O significativo nesta pergunta é mais do que o conteúdo em si, a questão metodológica, ou seja, como ensinar no contexto da Geografia os conteúdos referentes à compreensão da natureza, nesta ciência, reconhecidos como Geografia Física (2000, p. 98).

Neste mesmo texto, Suertegaray propõe alguns estudos que partam da concepção de lugar:

Como espaço próximo, espaço vivido e como espaço de expressão de relações horizontais (relações de comunidade com seu meio) e espaço de relações verticais (relações sociais mais amplas determinando em parte a especificidade dos lugares) (2000, p. 99).

Concordamos com a autora acima citada e acrescentamos que o problema da dualidade está no método e na *episteme*, portanto, na teoria do conhecimento e na metodologia. Desta forma, Natureza, Sociedade e Trabalho são inerentes à Geografia. Como bem explicou Milton Santos em *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*:

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço (1996, p.25).

Se técnica é trabalho, como afirmamos no início desta exposição, a relação natureza – sociedade – trabalho produz o espaço.

Por fim, utilizamo-nos das palavras do Milton Santos (1986) para expressar as últimas idéias e deixar a mensagem do autor:

Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados, um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem, mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado. (1986, p. 27).

Notas

¹ Este artigo foi produzido originalmente para a apresentação em Mesa Redonda durante o Encontro Regional de Geógrafos realizado em Aracaju-SE em 2003.

² Tradução espontânea nossa.

Referências

ALBORNOZ, Suzana. O que é trabalho. 5. ed. (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 1992.

BLANCO, J. García. Introcción General. In: ESTRABÓN. Geografía. Madrid: Gredos, 1991.

CHAUÍ, Marilena. Convite á Filosofia. São Paulo: Ática, 1995.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 1989.

ENGELS, F. Dialética da Natureza. México: s/e, 1961.

MARX, Karl. Manuscritos Economia y Filosofia. 11. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

RILKE, Rainer Maria. Da Paisagem. s/d; s/l. (mimeo). Extraído Samtliche Werke, Fünfter Baand, Frakfurt am Main: Insel Verlag, 1965. Tradução de Luciana Martins e Ferdinand Reis.

RODRÍGUES, Arlete Moisés. A questão ambiental e a (re)descoberta do espaço: uma nova relação sociedade/natureza? Boletim Paulista de Geografia, n. 73, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros – São Paulo, 1994).

SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SODRÉ, Nelson W. Introdução á Geografia. Petrópolis: Vozes, 1987.

SUERTEGARAY, Dirce M. Antunes. O que ensinar em Geografia (Física)? In: REGO, Nelson, SUERTEGARAY, Dirce e HEIDRICH, Álvaro (orgs.). Geografia e Educação: geração de ambiências. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2.

Contato da autora: doramaia@ccen.ufpb.br

Recebido em: 15/05/2007

Aprovado em: 09/06/2007